

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA XX VARA DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX

1º XXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº
XXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e
domiciliada XXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX; **2º**
XXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX,
expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada
XXXXXXX CEP: XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX; **3ºXXXXXXX**,
nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX, expedida pela
XXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliada XXXXXXXX CEP:
XXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, representados por seu procurador
XXXXXXXXXXXXXXXXXX (documento em anexo) e também **XXXXXX**
(REPESENTANTE), nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº
XXXXXXX, expedida pela XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e
domiciliado XXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, Telefone (XX) XXXXXXXX, vem à
presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, requerer:

ALVARÁ JUDICIAL

Para levantamento de saldo existente em conta corrente e resíduo de
benefício de aposentadoria deixados em virtude do falecimento de
XXXXXXX, ocorrido em XX/XX/XXXX, consoante cópia da certidão de
óbito em anexo, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

Os requerentes são filhos da Sr. XXXXX, falecido em XX/XX/XXXX. Conforme certidão de óbito anexa, o *de cujus* era viúvo, não deixou bens a inventariar nem testamento, conforme informações do Sr. XXXXXXXXXXXX.

O valor do benefício de pensão por morte (XXXXXX) era depositado no Banco XXXXXX nº XX (agência XXXXX -/DF).

Há saldo ainda na referida conta, pois que era utilizada para recebimento do benefício da aposentadoria. A informação sobre saldo da conta pode ser obtida por meio de requisição judicial, pois tanto o INSS como também o Banco XXXX não prestam esta informação aos requerentes sem requisição judicial.

Ocorre que os requerentes fazem jus aos valores porventura existentes Com efeito, nos termos dos art. 1º e 2º da Lei n.º 6.858, de 24/11/1980, os valores devidos pelos empregadores aos empregados (incluindo proventos de pensão previdenciária), bem como os saldos de contas bancárias inferiores a 500 OTNs, não recebidos em vida pelos titulares, serão pagos aos seus dependentes, habilitados perante a Previdência Social e, na falta destes, aos sucessores:

Art. 1º (Lei 6.858/80) - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.

§ 1º - As quotas atribuídas a menores ficarão depositadas em caderneta de poupança, rendendo juros e correção monetária, e só serão disponíveis após o menor completar 18 (dezoito) anos, salvo autorização do juiz para aquisição de imóvel destinado à residência do menor e de sua família ou para dispêndio necessário à subsistência e educação do menor.

Art. 2º - O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional.

Calha asseverar que o falecido não deixou dependentes habilitados perante a Previdência Social, conforme certidão em anexo. Dessa forma, os valores serão divididos entre os filhos do *de cujus*, os quais estão aqui representados por seu procurador XXXXXXXXXXXX, também filho do falecido.

Diante do exposto, requerem:

- a)** os benefícios da justiça gratuita, por serem hipossuficientes, nos termos da lei 1.060/50;
- b)** a intimação do Ministério Público;
- c)** a expedição de ofício ao Banco XXXX, agência XXXX, para que forneça extrato atualizado da conta corrente de titularidade de XXXXXXXXXXXX ;
- d)** a procedência do pedido para expedir Alvará Judicial autorizando o requerente XXXXXXXXXXXX a levantar os resíduos previdenciários e o eventual saldo da conta corrente acima mencionada de titularidade de XXXXXXXXXXXX.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXX (XXXXXXXXXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXXXX, XX DE XXXX DE XXXX.

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Colaborador XXXXXX

Defensor Público